



XXXV ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

23 a 27 de novembro de 2019
Foz do Iguaçu - PR

realização



ABRACONEE

Associação Brasileira dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica



COMITÊ TRIBUTÁRIO

LUCRO REAL: DEDUTIBILIDADE DAS DESPESAS COMPENSATÓRIAS - DIC, FIC E DMIC





COMITÊ TRIBUTÁRIO

SUMÁRIO

1. **Previsão Regulatória**
2. **Contabilização**
3. **Regra Legal**
4. **Entendimento do CARF**
5. **Precedente Judicial**
6. **Conclusão**

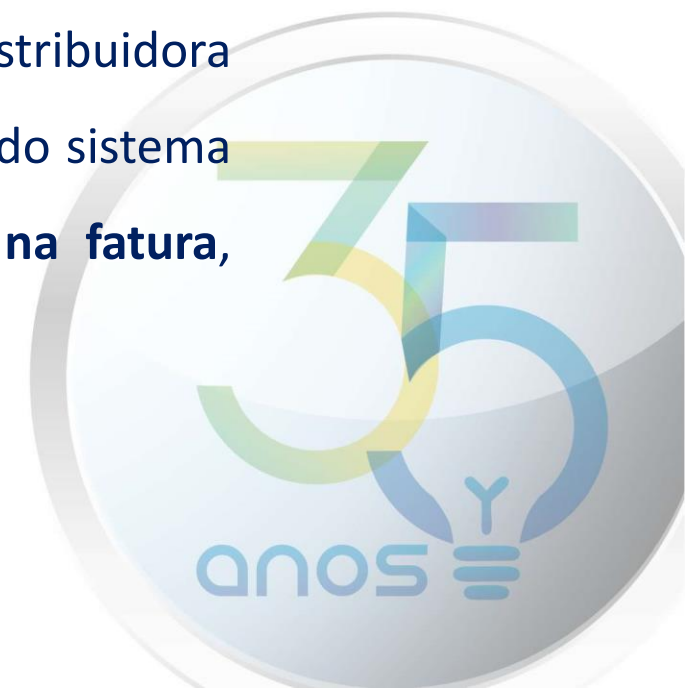


1. PREVISÃO REGULATÓRIA

PRODIST - Módulo 8 – Qualidade da Energia Elétrica - SEÇÃO 8.2

5.11 Compensações.

5.11.1 - No caso de violação do limite de continuidade individual dos indicadores DIC, FIC e DMIC em relação ao período de apuração (mensal, trimestral ou anual), a distribuidora **deverá** calcular a **compensação** ao consumidor ou central geradora acessante do sistema de distribuição, inclusive àqueles conectados em DIT, e **efetuar o crédito na fatura**, apresentada em até dois meses após o período de apuração.



2. CONTABILIZAÇÃO



COMITÊ TRIBUTÁRIO

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico vigente, em seu item 7, subitem 7.2.221 - Gastos

Diversos:

- A penalidade classificada no resultado financeiro trata-se de multa por atraso de pagamento.
- **As penalidades decorrentes da atividade operacional, tais como DIC, FIC, DEC, FEC, Rescisão contratual, Autos de infração, multas de trânsito, etc, devem ser classificados como despesa operacional e não financeira.**





COMITÊ TRIBUTÁRIO

3. REGRA LEGAL

DEDUTIBILIDADE DE DESPESAS – art. 311 RIR / 2018

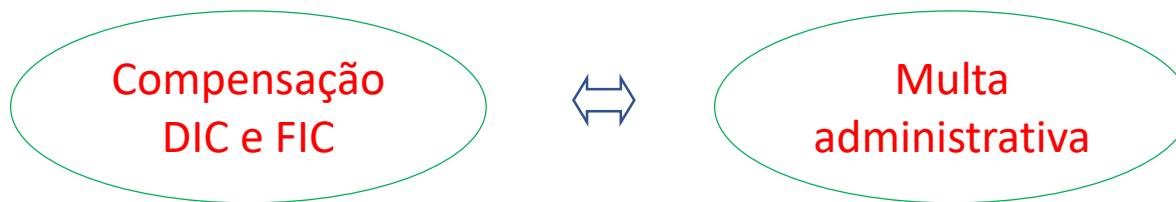
LUCRO REAL

- São operacionais as despesas não computadas nos custos, **necessárias à atividade da empresa** e à manutenção da fonte produtora;
- São **necessárias** as despesas **pagas ou incorridas** para a realização das transações ou **operações exigidas pela atividade da empresa**;
- As despesas operacionais admitidas são as **usuais** ou normais no tipo de transações, **operações ou atividades da empresa**.



4. ENTENDIMENTO DO CARF

- Descumprir as normas estabelecidas pelo setor elétrico não pode ser considerado da essência da atividade empresarial;
- Não se pode acatar a ideia de que o pagamento dessas **sanções** se insere no conceito de despesas necessárias à atividade da empresa;
- A dedução das **multas administrativas** resultaria em prejuízo para a sociedade brasileira, motivado pela desídia da empresa.



5. PRECEDENTE JUDICIAL – Multas administrativas

Tribunal Regional Federal – 4ª região - Acórdão: 5002821-50.2018.4.04.7003

- “As multas impostas por infrações administrativas, como as citadas pela impetrante, IPEN, PROCON, etc, ou seja, de natureza não tributária, **são indedutíveis** para fins de cálculo do lucro real, nos termos do que dispõe o art. 299 do RIR/99.”



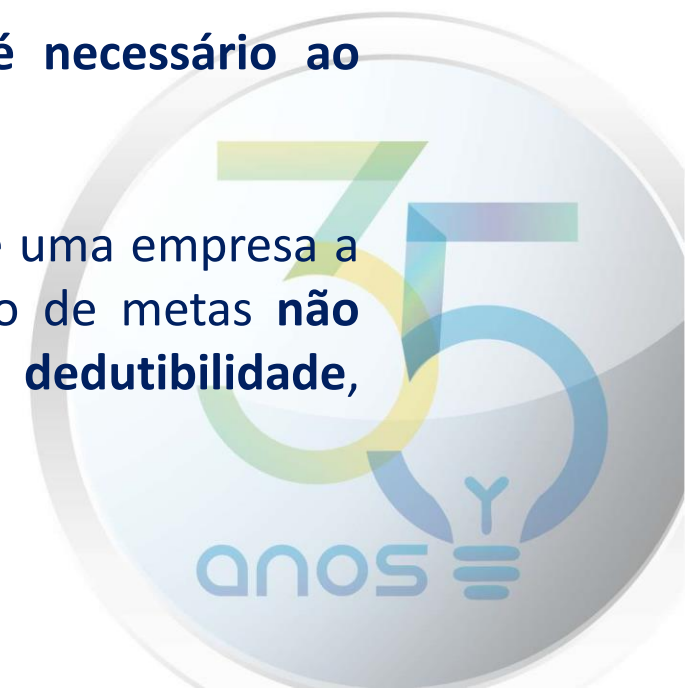
5. PRECEDENTE JUDICIAL – DIC, FIC, DMIC



COMITÊ TRIBUTÁRIO

Tribunal Regional Federal – 2ª região - Processo: 0013160-30.2017.4.02.5101

- De acordo com o conceito legal do art. 299 do RIR/99, despesas operacionais são aquelas que, embora não computadas nos custos, encaixam-se como gastos necessários ao desenvolvimento da atividade social da empresa e à manutenção da respectiva fonte produtora.
- **Seria ilógico admitir que o descumprimento de metas de desempenho é necessário ao desenvolvimento das atividades empresariais, ou mesmo normal/usual.**
- **Não se pode admitir como ordinária a prática de irregularidades por parte de uma empresa a ensejar sanções dedutíveis. Portanto, a sanção imposta por descumprimento de metas não preenche os pressupostos básicos firmados pela legislação para a dedutibilidade, independentemente de existir norma expressa que a defina.**



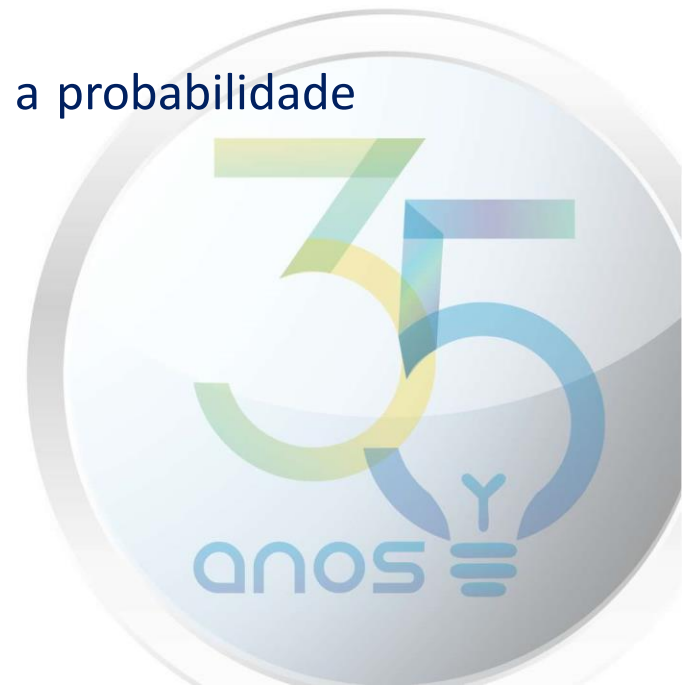
5. CONCLUSÃO



COMITÊ TRIBUTÁRIO

- **O CARF** entende que as despesas com compensações pela ultrapassagem dos limites do DIF, FIC, DMIC não são operacionais e já decidiu pela indedutibilidade das despesas;
- **Precedentes judiciais** indicam que tais despesas tem a característica de multas administrativas e como tal não são operacionais, portanto, indedutíveis no lucro real;
- **Como consequência**, o risco de ampliação das autuações é grande, bem como a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial.

O QUE FAZER?





COMITÊ TRIBUTÁRIO

Obrigado!

Contatos:



MENEZES & BASTOS

— ADVOGADOS —

milton@menezesebastos.com.br

(71) 9 9961-3393

